



HAL
open science

Mobilidade facilitada: a nova imigração brasileira em Portugal

Teresa Rodrigues, Mário Ribeiro

► **To cite this version:**

Teresa Rodrigues, Mário Ribeiro. Mobilidade facilitada: a nova imigração brasileira em Portugal. XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: congreso internacional, Sep 2010, Santiago de Compostela, Spain. pp.1206-1225. halshs-00530687

HAL Id: halshs-00530687

<https://shs.hal.science/halshs-00530687>

Submitted on 29 Oct 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

MOBILIDADE FACILITADA: A NOVA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Teresa Rodrigues
Universidade do Porto
Portugal

Mário Ribeiro
Universidade do Porto
Portugal

Que padrão resulta dos movimentos migratórios contemporâneos do Brasil para Portugal? Como se relaciona o migrante com a sociedade de acolhimento? Que gestão de imagem/representação é feita e por quem? Para responder, traça-se um perfil sócio demográfico do migrante brasileiro em Portugal. Em seguida analisa-se o tratamento feito pelos media ao tema das migrações com o intuito de descortinar a forma como é feita a gestão da imagem deste grupo. O relacionamento entre migrante e sociedade de acolhimento é o foco deste artigo, sem perder, todavia, de vista a mediação que ocorre no contexto social.

As pessoas perseguem sonhos; geram expectativas. Migrar é também um meio de atingir um sonho. Mas não basta desejar, é preciso ter a possibilidade de migrar. Com efeito, os recentes desenvolvimentos dos estudos sobre migrações não ignoram que a decisão de migrar não acontece no vácuo. Assim, assistimos a uma evolução nos modelos de interpretação do fenómeno migratório. Anteriormente, os modelos usados pelos investigadores remetiam os motivos do fenómeno para uma escolha racional individual. Tais modelos assentam na ideia de que os indivíduos

tendem a procurar maximizar o seu bem-estar numa lógica de custo e benefício. Todavia, esta escolha não está imune ao contexto em que surge. Com efeito, os novos modelos interpretativos tomam em consideração o *encastramento social das migrações*. Assim, são os laços sociais que cunham as formas como ocorre o fenómeno, ou noutros termos, são laços sociais que dão forma aos padrões migratórios. Segundo Portes, «*a migração foi reconceptualizada como um processo de construção de redes que, uma vez iniciado, gera a sua própria dinâmica*»¹.

Esses laços reduzem a incerteza e os riscos inerentes à migração. Alguns amigos ou conhecidos já estabelecidos no destino podem ajudar neste processo. Empresas especializadas na contratação de mão-de-obra também oferecem possibilidades de migrar, com a promessa de reduzir os custos e riscos inerentes a um empreendimento solitário. Algumas poupanças previamente arrecadadas facilitam o estabelecimento e os primeiros dias no novo país. Existe frequentemente entre países emissores e receptores uma relação histórica, com legados culturais, políticos, económicos ou de mera proximidade geográfica.

O episódio lusófono não é excepção. Importante no caso luso-brasileiro é, sem surpresa, a ligação histórica existente desde o período dos descobrimentos. A colonização estruturou a sociedade brasileira e a língua é talvez a mais evidente das consequências. É, aliás, a língua o factor que os imigrantes brasileiros em Portugal apontam como decisivo para a sua escolha de destino, a par da proximidade de costumes que concorre para a expectativa de facilidade de integração². Como se sabe, os fluxos migratórios não são um fenómeno recente. Desde sempre que populações se mobilizam, fugindo em busca de melhores condições de vida.

Uma História conexa entre os dois lados lusófonos do Atlântico parece oferecer a possibilidade de uma migração mais facilitada, e por vezes, de uma incorporação também ela mais harmoniosa. Tanto de um lado como do outro, e em função dos tempos, podemos assistir à projecção de um mito do Eldorado para lá do Oceano. Entre Brasil e Portugal, a confluência de uma cultura política e contígua convergência de interesses económicos oferece o plano de incentivo à mobilidade.

Que padrão resulta dos movimentos migratórios contemporâneos do Brasil para Portugal? Como se relaciona o migrante com a sociedade de acolhimento? Que gestão de imagem/representação é feita e por quem?

-
1. PORTES, Alejandro, *Estudos sobre as migrações contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, Lisboa: Fim de Século Edições, 2006.
 2. Acerca dos factores que concorrem para a escolha de Portugal como destino migratório vide: «A 2.ª Vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): estudo de opinião imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal Informação estatística e elementos de análise», in Malheiros, Jorge Macaísta (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Col. «Comunidades», 1, Lisboa: ACIDI, 2007.

Para responder a estas questões, apontamos alguns aspectos que na actualidade envolvem e são potenciados pelo fenómeno das migrações, tomando como caso de estudo a imigração brasileira em Portugal. Pretendemos dar conta das suas características gerais, enquadrando-a num complexo de relações culturais entre Portugal e Brasil. É a natureza de uma destas relações que nos importa, designadamente a relação entre imigrante brasileiro e sociedade portuguesa acolhedora. Iniciamos a aproximação ao tema recorrendo a uma análise de índole sócio demográfica, que poderá apontar para alguns dos desafios impostos pelos actuais movimentos migratórios. Destacaremos a presença das redes enquanto estrutura organizativa, que dá forma ao padrão da segunda vaga de imigração brasileira em Portugal. Uma presença que se mantém, desde o momento original da decisão de abandonar o país até à incorporação dos imigrantes na sociedade acolhedora.

Migrações...

A Organização Mundial para as Migrações estima em 214 milhões o volume de migrantes internacionais³. Os movimentos migratórios representam uma das manifestações mais evidentes do estreitamento do planeta e as oportunidades geradas pela globalização económica, os avanços das comunicações e dos transportes e a difusão de informações sobre a posse de certos bens irão fazer aumentar o volume de migrantes nas próximas décadas. Ao deslocar pessoas e homogeneizar culturas, comportamentos, padrões de vida, acesso a certos bens, a globalização elimina as diferenças entre culturas espacialmente definidas, que constituíam as denominadas culturas nacionais⁴.

Somos hoje 6,8 mil milhões. Embora na recta final da centúria se verifique uma ténue redução nos ritmos de aumento demográfico, ele é ainda pautado por grandes assimetrias geográficas, que se manterão até final do século XXI⁵. É impossível evitar o acréscimo do número de Homens, consequência incontornável do factor de inércia demográfica, estimado entre um a três milhares de milhões, os quais serão mais velhos, instruídos, saudáveis, urbanos⁶. A pressão sobre os recursos naturais,

3. 3,1% da população mundial (IOM, *World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. Genebra, 2008).

4. As páginas que se seguem reproduzem, com as devidas actualizações, parte do Trabalho de Investigação Individual apresentado por Teresa Ferreira Rodrigues ao Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Diploma do CDN09. Intitula-se *Portugal. Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança*.

5. Nomeadamente do United Nations Population Fund (<http://www.unfpa.org/public/News/pid/2218>), do EUROSTAT (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database>) e do Population Reference Bureau (<http://www.prb.org>).

6. Na sociedade global e de risco futura os gigantes asiáticos tenderão a estabilizar e em África, o continente jovem, o número de residentes irá duplicar mais uma vez.

serviços e infra-estruturas será mais um desafio do milénio, embora a questão da qual depende o futuro da espécie humana não seja o número de homens, mas o seu modo de vida⁷.

O século XXI será o século do envelhecimento demográfico, tornado global, e as regiões mais desenvolvidas económica e socialmente ficarão dependentes das migrações. Nos países atractivos, elas conseguirão evitar comportamentos recessivos⁸, mas estimam-se até 2025 descidas de 10 pontos percentuais em vários países da Europa central e de leste. O ratio entre activos e inactivos atingirá valores mínimos. O impacto do processo de envelhecimento no mercado de trabalho, bem como o grau futuro de dependência face às migrações económicas de algumas regiões, sobretudo dos países europeus, tem sido objecto de avaliação⁹. E nem sempre os resultados apresentam cenários negativos ou de incerteza, contrapondo-se aos discursos pessimistas argumentos que destacam as potencialidades decorrentes do grau de qualificação dos imigrantes, que acompanha a transformação do tecido produtivo das sociedades atractivas, no contexto de globalização económica¹⁰.

Numa leitura prospectiva, a União Europeia (EU) deverá atingir em 2035 os 521 milhões de habitantes, altura em que começará a diminuir até aos 506 milhões previstos em 2060¹¹. A percentagem dos maiores de 65 anos será então de 30% (17,1% em 2008) e a dos idosos com mais 80 anos 12,1% (4,4% em 2008)¹². Os imigrantes irão ser chamados a protagonizar um papel de destaque no desenho do futuro da Europa. A redução dos fluxos emigratórios coexiste com o aumento da imigração, da mobilidade interna e do número de refugiados e deslocados. A UE lidera o fluxo de entradas, compostas por três grandes grupos: a migração intracomunitária, realizada ao abrigo de diferentes tratados e Acordos de Schengen, a dos refugiados e deslocados, ao abrigo da Convenção Internacional para os Refugiados; e a de trabalhadores de países terceiros. Estas categorias têm origens e perfis distintos, implicando diferentes

-
7. PISON, Giles, *Atlas de la Population Mondiale. Faut-il craindre la croissance démographique et le vieillissement?*, Jacquard, Paris, 2009 ; RODRIGUES, Teresa, «A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade», *Fórum Sociológico*, nº11/12, Lisboa, 2004, pp.11-29.
 8. EUA mais 40 milhões, Canadá mais 4,5 milhões e Austrália com mais 3 milhões. (NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, *Global Trends 2025, A Transformed World*, Washington, 2008, p. 26)
 9. Mau grado as dificuldades em assegurar uma recolha e tratamento fiável sobre os volumes envolvidos (PARSONS, C. et alii, *Quantifying the International Bilateral Movements of Migrants*, Development Research Centre on Migration, Globalisation & Poverty, Working Paper T 13, Sussex, 2005).
 10. SACZUK (2003) faz o estado da arte sobre o tema. Para o caso europeu veja-se BIJAK, John et alii., « Population and labour force projections for 27 European countries, 2002.2052: impact of international migration on population ageing », *European Journal of Population*, 23: 1 – 31, 2007.
 11. NAZARETH, Manuel, *Crescer e Envelhecer. Constrangimentos e Oportunidades do Envelhecimento Demográfico*. Lisboa, Presença, 2009, pp.148-160.
 12. EUROSTAT, *Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies, Statistics in Focus*. Population and Social Conditions, 2008.

estratégias legislativas e de políticas públicas. As políticas europeias de imigração têm até recentemente centrado as suas actuações no sector da justiça e segurança (designadamente no controle e regulação dos fluxos), ao invés de enquadrarem as novas populações numa óptica de desenvolvimento sustentável. A gestão dos fluxos, remetida para decisões dos governos nacionais, só recentemente trata a questão da integração dos seus não nacionais e raramente considera a sociedade civil, naquilo que é também a procura de um novo perfil de cidadão europeu.

A avaliação do impacto migratório apresenta dificuldades de partida, as quais dificultam a tomada das melhores opções e medidas¹³, como a inépcia para contabilizar o volume e estatuto dos fluxos ou a sua distribuição geográfica no tecido social dos países de acolhimento. É possível contabilizar com alguma fiabilidade os imigrantes legais, permanentes e temporários de longa duração¹⁴, tal como os requerentes de asilo. Porém, a questão torna-se complexa quando se trata de estimar as entradas e permanências não autorizadas¹⁵, facto agravado por serem as migrações ilegais, irregulares e não autorizadas as que registam maior aumento, com volumes máximos na Rússia e nos países do Sul da Europa.

As políticas de imigração estruturam-se em torno de quatro eixos principais: 1. O controlo dos fluxos, nomeadamente no que diz respeito a condições de entrada e permanência, standardizando, reformulando ou apenas clarificando a actual legislação, a qual regista um progressivo endurecimento; 2. O reforço da luta contra a imigração clandestina, através do reforço das fronteiras territoriais e da aposta em acções concertadas de fiscalização dos locais de trabalho pelas autoridades competentes; 3. A consolidação de políticas de integração das comunidades imigrantes, garantindo aos já instalados condições favoráveis de estabilidade e recuperando os excluídos das redes regulares de imigração; 4. O desenvolvimento de políticas de cooperação internacional, no sentido de uniformizar os procedimentos no universo dos países receptores e promover a fixação de migrantes nos países emissores.

13. Em Julho de 2007 a UE adoptou uma série de medidas para garantir a comparabilidade da informação estatística e a uniformização de critérios (THIERRY, Xavier, «Le défi statistique européen», *Futuribles. Analyse et prospective*, n°243, Jul-Ag., Paris, 2008, pp.61).

14. Assumem esse estatuto a) os indivíduos entrados ao abrigo do reagrupamento familiar e as migrações laborais, qualificadas ou não; b) os estudantes, sem contar os de cursos com três ou menos meses de duração; c) os trabalhadores temporários com todo o tipo de qualificação (excepto os trabalhadores de curta duração ou sazonais); d) indivíduos em comissão de duração igual ou superior a um ano, com direito de permanência legal; e) investidores ou empresários.

15. Entre eles: a) os que entram sem documentos, muitos dos quais vítimas de tráfico; b) os portadores de documentação falsa, onde se incluem os requerentes fraudulentos de asilo; c) os que permanecem no país para além do prazo do visto; c) os que infringem os termos e condições dos vistos, nomeadamente aceitando empregos. (PAPADEMETRIOU, D., «Gerir melhor as migrações internacionais: princípios para maximizar os benefícios das migrações», *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*, Papademetriou, D. coord, FLAD, Lisboa, 2008, pp XX-XXIII)

O impacto da imigração é moldada em simultâneo pelas suas características e pelas da sociedade de acolhimento¹⁶. Por exemplo, as relações pré-existentes (raciais ou étnicas) afectam o processo do mercado laboral, porque influenciam as orientações culturais e atitudes intergrupais. As políticas governamentais são afectadas pela estrutura do mercado laboral, e pela composição étnica da sociedade receptora, assim como as tendências culturais¹⁷. O imigrante procura na sociedade de acolhimento um lugar físico (casa, emprego, acesso a educação, saúde), mas também sociocultural.

A nova realidade portuguesa

País de emigrantes, Portugal tornou-se atractivo no contexto internacional de novas certezas demográficas, baseadas na progressiva dependência face às migrações¹⁸, que se traduzem em futuros desafios, riscos e oportunidades potencialmente distintos.

Nas últimas décadas emigração, imigração e migrações internas registaram grandes alterações, tornando-se variáveis chave nas novas dinâmicas demográficas e em 2007 Portugal só cresceu devido ao saldo migratório positivo¹⁹. A imigração formada por cidadãos das colónias desempenhou um papel secundário até meados dos anos 70 e em 1980 o total de indivíduos legalmente residentes em Portugal ainda não chegava a 51 mil. Hoje são oito vezes mais²⁰. Após 1990 altera-se também o perfil dos países de origem, com novas comunidades da Europa de Leste (Ucrânia, Moldávia e Roménia), Brasil e Ásia (China, Índia, Paquistão e Bangladesh), para o que contribuem os acordos bilaterais firmados com alguns desses Estados. Nos três grandes momentos de regularização extraordinária de 1992, 1996 e 2001-2004 registam-se subidas de 25, 15 e 109%, respectivamente²¹. Embora a percentagem de cidadãos comunitários

16. São quatro as grandes dimensões que influenciam a recepção dos imigrantes: as relações ráticas ou étnicas pré-existentes na sociedade; as diferenças nos mercados laborais e instituições relacionadas; o impacto das políticas e programas governamentais: políticas de imigração, políticas de integração, políticas para a regulação de instituições sociais; as mudanças nas fronteiras internacionais, como processo da globalização.

17. REITZ, Jeffrey *et al.*, «Race, Religion, and the Social Integration of New Immigrant Minorities in Canada», *International Migration Review*, Sidney (March 4), 2008.

18. INE, *Projeções de População Residente Portugal. NUTS III, 2000-2050*, Lisboa, 2005.

19. Os óbitos excedem os nascimentos (CARRILHO, Maria José, PATRÍCIO, Lurdes, «A Situação Demográfica Recente em P Portugal», *Revista de Estudos Demográficos*, nº44, INE, Lisboa, 2008, p.37). Sobre história das migrações cf. RODRIGUES, Teresa (coord.), *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Afrontamento, 2008.

20. 48% Africanos, 30% Europeus, 11% Sul-americanos (sobretudo Brasil e Venezuela). Referimo-nos a indivíduos de nacionalidade não portuguesa, com autorização de residência, segundo a actual Lei de Estrangeiros. Não foram contabilizados os possuidores de Autorização de Permanência, de Vistos de Curta Duração, Estudo ou Trabalho ou em situação irregular.

21. De 2001 a 2004 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) concedeu 183833 Autorizações de

se tenha reduzido, os migrantes legais europeus superam os africanos. Os principais países terceiros continuam a ser Cabo Verde, Angola e Brasil, desconhecendo-se o número de ilegais daí oriundos. Cerca de 440 mil indivíduos residem legalmente em Portugal, juntando-se a um número dificilmente estimável em situação irregular, que deverá ascender a dezenas de milhar. Diminui o contingente africano e de leste europeu, aumenta a imigração oriunda do Brasil e os ilegais, sobretudo femininos²².

Os novos comportamentos demográficos acentuam a dependência face às migrações, numa realidade pautada por saldos naturais em declínio e uma população a envelhecer, com menos crianças, mais idosos, ciclos de vida progressivamente longos e estáveis. Nas próximas décadas o processo de envelhecimento das estruturas etárias acentuar-se-á, acompanhado pela intensificação dos fenómenos de desertificação humana das grandes áreas e pelo aumento da concentração urbana e da litoralização. Portugal continua sem efectivar a convergência de indicadores de bem-estar²³ e o comportamento dos movimentos migratórios permanecerá associado a diferentes oportunidades e níveis de qualidade de vida local, geradores de futuros regionalmente diversificados.

Os imigrantes contribuem para o acréscimo da população residente, por continuarem a aumentar a ritmos várias vezes superiores à média (cerca de 10% ao ano). Fixam-se sobretudo na faixa litoral e nos centros urbanos (41,4% na AML, 16,4% no Algarve, 11% em Setúbal e 6% no Porto) e as suas estratégias de fixação reforçaram os desequilíbrios de povoamento, só parcialmente atenuado pelas escolhas dos cidadãos de leste e brasileiros, mais difusas em termos geográficos. Trata-se maioritariamente de adultos jovens do sexo masculino (quase 50% possui 20 a 39 anos, 25% de 40 a 64 anos)²⁴. Mais de metade dos imigrantes naturais das 20 principais comunidades são detentores do grau de ensino básico ou secundário. Em 2001, 18% não possuía qualquer grau de escolaridade e metade declarava não saber ler ou escrever. A falta de habilitações afectava sobretudo africanos e asiáticos (23%). Os cidadãos da UE (23,4%) e sobretudo os do Leste europeu apresentam percentagens de licenciados elevadas (36%

Permanência a 101289 europeus, 38930 americanos (a maioria do sul), 30187 africanos, 13293 asiáticos e 21 da Oceânia. (SEF, *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*, Departamento Planeamento e Formação, Lisboa, 2009, pp.14-16; VEIGA, Teresa, «As Correntes Migratórias Internacionais e a Europa», in *Lusitana Revista de Relações Internacionais*, nº6/8, Porto, 2007: 31-56)

22. Alterações na forma de recolha da informação após 2008 devidas ao sistema único integrado (SII-SEF) provocam uma quebra na série das estatísticas de população estrangeira residente, que até 2007 constam de uma dupla recolha INE / SEF. (SEF, *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*, Departamento Planeamento e Formação, Lisboa, 2009, pp.11-12.
23. MOREIRA, Maria, RODRIGUES, Teresa, «As Regionalidades Demográficas no Portugal Contemporâneo», CEPESE – Linha População e Prospectiva (Working Paper), Março de 2008 (*Disponível em: <http://cepese.up.pt/principal.php?IDNivel=77>*).
24. SEF, *Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações (REM)*, Ministério da Administração Interna, 2007, p. 19.

no caso Russo, 28 e 27% moldavos e ucranianos). A maioria desempenha actividades nos sectores menos qualificados e com menor prestígio do mercado de trabalho (construção, agricultura, indústria).

Em 2008 residiam em Portugal 440 277 imigrantes legais. As comunidades brasileiras e ucraniana eram as mais numerosas, na continuidade da tendência consolidada no século XXI. Contabilizam-se 106 961 cidadãos do Brasil, secundados por indivíduos do Leste Europeu (Ucrânia e Moldávia e Roménia), mas decresce a importância relativa dos oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa²⁵. Cerca de 90% destes migrantes tem autorização de residência, a 1,3% foi prorrogada a autorização, a 6,4% foi renovado o visto de permanência e 2,4% obtiveram novos vistos²⁶. A nacionalidade mais representada no contingente de imigrantes em Portugal é a brasileira.

Imigração brasileira em Portugal: relações e estereótipos

No enredo das relações interpessoais, as formas de relacionamento e de entendimento recíproco que se geram, acontecem em contextos concretos. Debruçamo-nos neste momento sobre dois deles, locais e distintos, embora por vezes justapostos, que constroem a acção dos actores sociais e dão forma aos entendimentos recíprocos. Referimo-nos em primeiro lugar a locais que geram modalidades de relacionamento baseados em expectativas e vivências concretas partilhadas, onde muitas vezes as mesmas expectativas são falseadas pelas vivências. Falamos de espaços físicos, onde as relações são imediatas e servem este estudo como casos que importa analisar, locais onde se constroem os diferentes papéis sociais desempenhados a título individual: mercado de trabalho, zona de residência e espaços de convívio partilhados. O outro tipo de contextos é o que influencia as modalidades de relacionamento de forma menos imediata. Referimo-nos a espaços ou «locais não físicos», com os quais as pessoas se deixam envolver e donde recebem influências variadas. Neste tipo de contextos, os mediatos, destacam-se os *media*.

A expressão numérica que a imigração brasileira apresenta, assim como as características que assume, determina a forma como se olha o imigrante brasileiro em Portugal. Tenhamos ainda em conta que a percepção pública sobre o imigrante é influenciada pelas imagens estereotipadas veiculadas pela cultura popular e sobretudo pelos *media*. Convém então explorar os dois tipos de relacionamento e de construção de entendimentos (mediato

25. SEF, *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*, Departamento Planeamento e Formação, Lisboa, 2009.

26. CARRILHO, Maria José, PATRÍCIO, Lurdes, «A Situação Demográfica Recente em P Portugal», *Revista de Estudos Demográficos*, nº44, INE, Lisboa, 2008, p. 63.

e imediato) que parecem ser mais relevantes para o objecto em análise, dando conta da produção ou desconstrução de imagens que ocorre em tais contextos.

Um lugar primordial de criação de representações e de veiculação de imagens são os *media*. Tal facto não constitui novidade. Este espaço discursivo de reconstrução do real medeia os entendimentos recíprocos entre indivíduos no meio social e mormente entre migrantes e sociedades de acolhimento, forjando identidades, nem sempre imunes ao preconceito. Ao fazê-lo, condicionam a forma como os entendimentos recíprocos surgem, enquanto resultado de uma influência que produzem no espectador/consumidor. Os *media* produzem um campo simbólico que condiciona, determinando, as identidades ou representações colectivas, em função do modo como enunciam os acontecimentos²⁷.

Através dessa mediação, o discurso dos *media* constrói a relação, ou seja, a forma que a relação toma e constrange a sua natureza. Este tipo de discurso gera um contexto artificial e simbólico, que cria um quadro normativo, impondo-lhe limites. Assim, constrange os entendimentos e as opções dos indivíduos. Atente-se que o discurso assim produzido «*nunca ocorre num vácuo político, económico ou ideológico, mas serve como filtro para organizar a realidade*»²⁸. De acordo com este raciocínio, a realidade é produzida e o resultado dessa produção pode ser reflexo de relações de poder da sociedade num possível contexto histórico ideológico que os órgãos de comunicação social vêem espelhar.

Com efeito, as imagens criadas sobre determinados grupos, em especial o papel destes e a forma como surgem no complexo mediático, podem fornecer pistas sobre as relações de poder no seio de uma sociedade. Em Portugal conclui-se que neste início de milénio «*o imigrante surge sempre investido de um papel passivo, totalmente dependente da acção das instituições nacionais*»²⁹. Tal conclusão oferece uma pista: na artificialidade do complexo mediático, a minoria imigrante surge como actor passivo, que se limita a ver acontecer a construção da sua identidade sem participar no processo. Por outras palavras, são as instituições da sociedade acolhedora que determinam a imagem do grupo minoritário em termos colectivos públicos. Sem surpresa, a identidade dos imigrantes é produto das formas de cobertura e produção jornalística. Uma produção de tipo sensacionalista tenderá a divulgar uma imagem diferente de uma rigorosa e neutra.

No início do século XXI, a cobertura jornalística sobre a migração em Portugal escolhia maioritariamente «notícias breves» e peças com pouca

27. CÁDIMA, Francisco Rui, *et alii.*, *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Col. «Estudos Observatório da imigração», n.º3, Lisboa: OBERCOM, ACIME, FCT, 2003.

28. SILVEIRINHA, Maria João e CRISTO, Ana Teresa Peixinho, «A construção discursiva dos imigrantes na imprensa». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º69, 2004, p.118.

29. Idem.

profundidade, associadas sobretudo aos «delitos». O estudo deste tipo de informação para anos posteriores mostra algumas mudanças no discurso dos *media*, no sentido de um «*tratamento mais cuidado e reflexivo*»³⁰. Com efeito, nota-se uma alteração na forma de tratar os temas. Em concreto observa-se uma atenuação do tom do discurso produzido pelos *media*, no sentido em que se abandona o tom polémico em favor de posições assertivas relativas a factos e portanto, uma postura mais neutra³¹.

Em suma, as imagens produzidas sobre a minoria desenvolvem-se em torno de dois pilares: 1) o grupo parte de uma situação passiva na construção da sua identidade para outra mais participativa; 2) a abordagem mediática sobre os imigrantes troca o tom tendencialmente negativo, para se colocar assertivamente em posição de neutralidade.

Se admitirmos que os dois aspectos referidos são reflexo de um mesmo fenómeno, diríamos que ele consiste na procura de incorporação da minoria no seio da sociedade portuguesa. Diferente de assimilação ou aculturação, conceitos ideologicamente marcados, entendemos este fenómeno como um processo onde a minoria ganha alguma autonomia e em certa medida, *consideração*, diametralmente diferente também de exclusão, *stricto sensu*. A minoria ganha vida, e a maioria *considera-a*. Todo este processo ocorre sem que se reduza a primazia da temática crime. É discutível se tal recorrência é simples reflexo da realidade securitária do espaço português ou se resulta da hiperbolização que os *media* imprimem ao conflito social. Importa, no entanto, reter um aspecto importante nesta produção mediática e suas respectivas implicações para o meio social. A insistência neste ponto justifica-se pelo impacto negativo que o mesmo produz em termos públicos, ao potenciar o reforço de sentimentos de rejeição e xenofobia³². Admitimos, para além da facticidade dos eventos desviantes à lei levados a cabo por imigrantes, alguma hiperbolização produzida pelos *media* sobre criminalidade, sabendo de antemão que estes elegem «*estórias (...) seleccionadas pela sua capacidade de chocar, ou de entreter*»³³. Utilizar e reutilizar este tipo de conteúdo fideliza o público. Simultaneamente, reutilizar as peças é menos oneroso do que angariar novas «estórias». Este tipo de estratégia parece ter ganho expressão na comunicação social portuguesa: «*é perceptível que os canais têm uma estratégia de optimização das peças, utilizando-as (...) como peças novas em diversos dias ou exibindo-as meses depois*». Ainda que se evitam os temas polémicos, o certo é que o tema «imigrantes e minorias» entrou

30. FÉRIN, Isabel e SANTOS, Clara Almeida, *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Col. «Estudos Observatório da Imigração», 28, Lisboa: ACIDI, 2008.

31. CUNHA, Isabel Ferin e SANTOS, Clara Almeida, *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Col. «Estudos Observatório da Imigração», 19, Lisboa: ACIME, 2006 p.96.

32. Idem, p.97.

33. Idem.

definitivamente nas agendas mediáticas o que reforça a ideia de, pelo menos, existir alguma incorporação desta mesma minoria no seio da realidade mediática.

Tendo em conta o padrão económico dos grupos migrantes, parece existir alguma tentativa de pré-apaziguamento de conflitos. Esta atitude preventiva pode resultar aumento de *consideração*, face às minorias, mas pode ser, também, apenas um fenómeno exógeno ao tema, resposta ao mercado e às novas realidades geradas pelo processo de globalização. É sabido que ao mercado interessa o mínimo de agitação social. Mas não só ele. A sociedade em geral beneficia em segurança com a ausência de conflitos identitários. A atenuação do discurso produzido pelos *media* encaixa numa lógica de estabilização e normalização da sociedade que importa às instituições em geral, mas sobretudo ao Estado e ao mercado.

Trazer aqui o mercado à colação é mais do que especular uma eventual relação entre as necessidades económicas da sociedade como um todo e a necessidade de estabilização securitária que resulta das primeiras. Não é despreciando o facto de, numa altura em que a economia portuguesa apresenta oferta de trabalho para imigrantes e vive um momento de demanda causado pela retoma económica dos anos 90, se assista a um tratamento mais cuidado dos imigrantes pela comunicação social. As relações entre imigrantes e sociedade acolhedora passam fundamentalmente pelo mercado de trabalho. É lá que muitas vezes se opera a desconstrução de estereótipos, mas também onde se assiste no caso dos brasileiros estantes em Portugal a um aproveitamento da circunstância de ser exótico. De facto, indo ao encontro da ideia de que os imigrantes têm vindo a ser co-autores da sua imagem, ou seja, participativos na sua construção, os brasileiros parecem conseguir tirar benefícios de uma imagem estereotipada, quando são capazes de adaptar a sua imagem social às oportunidades oferecidas pela sociedade de acolhimento, o que lhes garante posições relativamente consolidadas na sociedade portuguesa³⁴. Tal fenómeno acontece em sede de mercado de trabalho, pelo que importa observar este contexto e nele procurar a forma como maioria e minoria se relacionam.

34. MACHADO, Igor, «Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal», in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *A Imigração Brasileira em Portugal*. Col. «Comunidades», 1, Lisboa: ACIDI, 2007.

Relações imediatas – mercado de trabalho

A economia portuguesa revela «*procura efectiva de trabalho imigrante*»³⁵. A direcção dos fluxos migratórios de e para Portugal é em grande parte determinada pela oferta de trabalho³⁶. Ora a chamada segunda vaga de imigração brasileira em Portugal vem precisamente preencher postos de trabalho que se geraram com um segundo ciclo de expansão da economia portuguesa, após a adesão à CEE. A expansão da economia no final da década de 90 abriu espaço ao reforço numérico do fluxo migratório brasileiro. Esse fluxo foi composto por dois movimentos, ou antes, por duas vagas. A primeira intimamente relacionada com a adesão ao espaço comunitário e o desenvolvimento do tecido empresarial português, gerador de condições que atraíram mão-de-obra altamente qualificada que viria a ocupar lugares elevados na estrutura social, acedendo a empregos exigentes do ponto de vista da formação e bem remunerados, sobretudo nas áreas da gestão e *marketing*. A segunda vaga essencialmente direccionada para actividades que não exigem qualificações específicas. Tal não significa que os indivíduos que dela beneficiam não tenham qualificações elevadas, mas apenas que foram forçados a aceitar as oportunidades que o mercado oferece e que resultam do diferencial entre a primeira corrente e os excedentes de procura do factor trabalho que daí resultaram ou entretanto se geraram. Esses excedentes actualmente são oferecidos em sectores empregadores de mão-de-obra intensiva. Em consonância com os demais estrangeiros a trabalhar em Portugal, os brasileiros vêm principalmente trabalhar por conta de outrem, sendo na sua quase totalidade assalariados, colocados em áreas pouco ou não qualificadas da indústria e dos serviços³⁷. Este padrão vem confirmar a tese do mercado de trabalho dual, onde coexiste o mercado principal, com oferta de empregos estáveis e bem remunerados, e o mercado secundário, caracterizado por trabalhos menos prestigiados (os chamados DDD).

Esta situação parece ter a ver com a própria evolução do mercado de trabalho, onde numa primeira fase existem mais necessidades no mercado primário ao passo que na segunda, é a mão-de-obra não qualificada que é procurada³⁸. Importante é notar que estes sectores secundários parecem

35. PEIXOTO, João, «Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes», in *Revista Migrações*, nº2, Lisboa: ACIDI, Abril, 2008, p.20.

36. Cf: BAGANHA, Maria Ioannis, «A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal», in *Globalização: fatalidade ou utopia?* Boaventura de Sousa Santos (org.). Porto: Edições Afrontamento, 2001, p.138

37. Cf: PEIXOTO, João e BAPTISTA, Patrícia, *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral.*, Horácio Crespo Faustino (coord.) ACIDI, 2009, p.110.

38. PEIXOTO, João, FIGUEIREDO, Alexandra, «Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal», in Jorge Macaísta Malheiros (org.) *A Imigração Brasileira em Portugal*, Col. «Comunidades», 1, Lisboa: ACIDI, 2007, p 104.

muitas vezes permeáveis a lógicas informais, que contornam com relativa facilidade o controlo institucional. O resultado de um eventual equilíbrio entre oferta e procura no mercado de trabalho em Portugal evidencia a dualidade em que se inscreve a própria economia do conhecimento. Neste sentido Portugal é até paradigmático, embora não original. A imigração brasileira vem reflectir a dualidade social que a imigração, na sua totalidade, já apresentava³⁹. O migrante que se inscreve nestes fluxos e que lhes dá forma é o «migrante económico». Este é, podemos afirmar sem grande margem de erro, o caso típico dos brasileiros em Portugal. O mercado de trabalho é o lugar principal onde se relaciona com os nativos e onde enfrenta os desafios impostos pelas imagens preconcebidas que pairam no meio social. É em função da actividade que desempenha que se fixa o seu lugar na estrutura social. Entre os migrantes não se consolidam laços duradouros de sociabilidade, mas antes, laços sociais efémeros em função de relações de trabalho ou de vizinhança⁴⁰. Podemos admitir que essa é a realidade disponível para a multidão que aqui procura trabalho e uma nova vida. Gente que não consolida laços duradouros, mas efémeros, onde parece não existir uma forte coesão, indiciadora da existência de uma comunidade.

É a falta de coabitação entre imigrantes e sociedade acolhedora de tipo comunitário, ou melhor, de coesão que inspire uma comunidade (de sentido, de partilha de interesses e cultura), que nos permite tratar - neste caso analiticamente - os imigrantes como um grupo. Um grupo dentro de uma abstracção maior, que é a sociedade, e que por definição hospeda interesses diversos, por vezes divergentes entre grupos maioritário e minoritário. Na ausência de uma relação comunitária, o que vemos é uma relação imediata de adaptação de interesses também eles imediatos. Repare-se no caso dos imigrantes económicos brasileiros em Portugal na inserção no mercado de trabalho: estes imigrantes submetem-se «a uma representação estereotipada do Brasil e da identidade brasileira para conseguir emprego»⁴¹. Em paralelo, o mercado de trabalho português oferece empregos adaptados a tais estereótipos. Assim se parece comprovar o esforço de adaptação das expectativas entre grupos. E paralelamente ao reforço da diferença. É evidente que este perfil não se aplica a todos os indivíduos estrangeiros imigrados em Portugal, o que de resto é uma dificuldade que a própria análise quantitativa enfrenta. De qualquer modo, de acordo com estudos empíricos podemos dar conta do perfil do imigrante

39. Idem, p.109.

40. BÓGUS, Lúcia M., «Esperança Além-mar: Portugal no arquipélago migratório brasileiro» in Jorge Malheiros (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, 2007.

41. Vide: «A 2.ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal Informação estatística e elementos de análise», in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, 2007.

brasileiro, maioritariamente do sexo masculino, com idade inferior a 35 anos e em busca de emprego e melhor remuneração⁴².

Migram por motivos económicos e para muitos são os factores económicos a via de acesso à emigração. A possibilidade de migrar. Muitos dos que rumam a Portugal em busca do sonho são «*recrutados e contratados através de agências de viagem, que financiam as passagens e providenciam alojamento provisório, para os primeiros dias após a chegada a Portugal, para além da documentação necessária*»⁴³. Neste domínio, o caso de Londrina no Paraná, «*onde se instalaram, inclusive, agências de recrutamento de trabalhadores para estabelecimentos portugueses*»⁴⁴, é paradigmático.

Assim, os imigrantes brasileiros são em muitos casos gente recrutada por agências ou que opta por migrar porque pode pagar a passagem e beneficia, casualmente, de algum apoio de redes sociais que ligam a origem e o destino dos fluxos migratórios, sobretudo os de segunda vaga, que «*tem como principal canal de emigração o apoio de parentes e amigos que já cá estavam*»⁴⁵.

Trata-se de gente que sem demora integra o mercado de trabalho, aproveitando-se em alguns casos da sua circunstância exótica, e beneficiando da existência de uma imagem estereotipada que lhe é favorável. Embora se trate de actividades e postos de trabalho precários, eles existem em abundância e servem os propósitos destes sonhadores, que se «*sujeitam a qualquer tipo de trabalho, na esperança de obter melhores condições em momento posterior*»⁴⁶.

De ambos os lados do sonho migratório Brasil-Portugal estão presentes apoios, incentivos, amizade, interesses e muitas vezes sangue, ou melhor, consanguinidade. Coexistem redes sociais, laços sociais e familiares, interesses económicos e sancionamento por parte do único actor a quem é reconhecido o direito exclusivo de controlo fronteiriço. Só o Estado tem legitimidade para rastrear quem entra. Como opera a selecção das entradas e em função de que critérios? A resposta desvenda a natureza da relação entre os actores desta trama. Em todos os casos, esses critérios podem fundir-se num só: o interesse nacional, ou os compromissos de

42. BÓGUS, Lúcia M., «Esperança Além-mar: Portugal no arquipélago migratório brasileiro», in Jorge Malheiros (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, ACIDI, 2007, p.52.

43. *Idem, ibidem*, p.40.

44. FERREIRA, Eduardo Sousa, *et al.*, *Viagens de Ulisses: efeitos da imigração na economia Portuguesa*, Col. «Observatório da Imigração» 7, Lisboa: ACIME, 2004, p 32.

45. PADILLA, Beatriz, «Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal», in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007, p.221.

46. RODRIGUES, Teresa, RIBEIRO, Mário Melo, «Dois Lados do mesmo sonho. A nova Emigração Brasileira em Portugal», *Culturas Cruzadas em Português, Redes de Poder e Relações Culturais (PORTUGAL-BRASIL, Séc. XIX e XX)*, Brasília, 2010, pp.132-151.

política externa, e não importa se esse interesse é coincidente com o interesse público. Admitindo que é, então está dada uma primeira resposta: entra no país (legalmente) quem interessa à sociedade de acolhimento. Encontrada a resposta, como fica a relação entre quem migra e quem pode oferecer as possibilidades de migrar? Sabemos em função de que critério se opera a selecção, mas o que nos diz esse critério acerca do papel dos actores sociais envolvidos no fenómeno das migrações? Se, ainda antes de aceitarmos a fusão dos critérios de selecção num só, revelarmos cada um deles singularmente, podemos então descortinar os papéis desempenhados pelos actores envolvidos. A legislação evidencia os aspectos que importa reter, no sentido em que expressa (com maior ou menor rigor) o interesse da sociedade que a produz e as relações de poder dominantes.

Legislou-se em Portugal tendo em vista conciliar o controlo dos fluxos migratórios com as necessidades do mercado de trabalho, ou seja, tendo «*subjacente uma política de imigração que pretende fomentar a imigração legal em conformidade com o mercado de trabalho*»⁴⁷. Acento tónico no mercado e conformidade entre imigração e os seus imperativos. Tudo isto debaixo da alçada do Estado, o mesmo é dizer, legalizado, controlado, sancionado. Estado e mercado desempenham ambos o papel de *facilitadores* da migração, quando esta converge com as necessidades económicas e pretende ser legal. Com o conhecido Acordo Lula sobre a contratação de trabalhadores, o Estado português pretendeu obter maior facilidade em marcar a sua presença nos dois campos e monitorizar com maior rigidez o mercado de trabalho e a legalidade dos seus procedimentos, da sua *praxis*: «*podemos ver nas entrelinhas do Acordo, nas suas regulamentações e nos roteiros obrigatórios, a intenção de o Estado Português lograr uma maior transparência nos mercados laborais, não só na perspectiva da incorporação legal do trabalhador nas empresas, mas também na perspectiva de controlo do Estado sobre essas empresas, exigindo o cumprimento de diversas regras*».

Mas tal não sugere o aligeirar do poder central enquanto controlador fronteiriço, contrabalançando o seu estatocentrismo com a transnacionalidade inerente aos fluxos migratórios. Pese embora o ónus do Estado no controlo do fenómeno migratório e a tentativa de ajustar a legalidade do processo com as solicitações económicas, há ainda um aspecto a considerar, que se liga directamente com a natureza informal de alguns mercados secundários. É que os mercados secundários acolhem uma população que se encontra em situação precária, «*muito exposta à informalidade, sendo por vezes cúmplice mas, mais frequentemente, alvo de exploração laboral*».

47. SANTOS, Boaventura de Sousa, «Modernidade, identidade e cultura de fronteira». *Revista Crítica de Ciências Sociais: Descobrimientos/Encobrimientos*, n.º38, Coimbra: C.E.S, 1993.

A fragilidade em que se encontram estes trabalhadores indicia que a sua permanência depende das possibilidades que a conjuntura económica e o mercado lhes oferece. Recordemos: o migrante afasta-se dos baixos salários ou do desemprego para incorporar espaços onde a oferta de mão-de-obra é convidativa. Não estará o migrante económico sempre dependente da oferta que possa responder às expectativas geradas em torno do sonho de uma vida mais abundante? É com esta pergunta como pano de fundo que partimos para a análise da relação que se estabelece entre quem migra e quem pode oferecer a possibilidade de migrar.

Imigrantes e sociedade acolhedora: credores-devedores

Como parece, não basta ao emigrante desejar migrar. De facto, as teorias das migrações que assumiam o fenómeno da migração como o produto de escolhas individuais racionais, cedem lugar a interpretações, que refutam a hipótese de uma escolha racional isolada, descontextualizada em termos socioculturais. Com efeito, a decisão de deixar um país rumo a outro não acontece no vácuo, baseia-se numa realidade influenciada por diversos factores em constante mutação. A decisão tem um contexto subjacente.

A dependência relativamente ao mercado internacional de trabalho (o contexto económico subjacente às migrações económicas) é transversal a todo o processo migratório. Está presente no antes, no durante e no depois. Sabemos também que o migrante económico mantém laços fortes com as suas origens e alimenta a vontade de voltar, vendo-se a si mesmo como um migrante temporário, que voltará à sua terra. Sendo assim, o imigrante está no país de acolhimento, *na possibilidade* de ali ter condições de estar. Em suma, se por um lado nos deparamos com os actores Estado e mercado no papel de *possibilitadores* do sonho migratório então, do outro lado deste sonho, são os imigrantes quem se encontram na circunstância de dependentes, ou melhor, no papel de devedores, numa relação de tipo *credor-devedor* do sonho migratório. Nesse género de relação, o credor oferece possibilidades e o devedor está dependente dessas possibilidades.

Para o trabalhador imigrante são os factores de conjuntura económica que mais influenciam a possibilidade de migrar e os *media* que assume o protagonismo na divulgação e veiculação de informação sobre a mesma. Ao país de origem chegam notícias sobre as vitórias ocorridas nesse âmbito noutros locais. Cria-se deste modo uma primeira ligação ou elo, neste caso de natureza informativa, que estabelece a primeira ponte entre origem e destino. Com essa ponte, o potencial migrante dispõe de um pouco mais de segurança para se lançar no sonho migratório, do que teria na ausência de informação. Adicionalmente, o migrante pode também ter conhecimentos

nos países de destino, pelo que amigos ou família somam confiança a todo o processo. Mais seguro do que sem qualquer ligação por onde transite informação e se gere a ousadia, o migrante precisa de garantir de seguida suporte financeiro e jurídico. A globalização dos mercados alimenta as empresas dedicadas à contratação de mão-de-obra em países terceiros, que oferecem possibilidades aos potenciais interessados em se lançarem no seu sonho. Claro que muito não chegam ao país de destino através dessas empresas, mas outro aspecto do processo de globalização concorre para a facilitação das migrações e consiste na redução generalizada dos custos de passagens aéreas. Ainda assim, falta ao imigrante dispor de autorização para entrar e se estabelecer num País que não o seu. O que anteriormente divisámos foi precisamente a actuação dos Estados no sentido de facilitar tais mobilizações.

Se o imigrante está em trânsito por motivos laborais e tem como prová-lo (através de contrato de trabalho), as suas expectativas têm boas hipóteses de serem atingidas. Estado, mercados e instituições estarão presentes no processo migratório na qualidade de facilitadores. Serão fornecedores dessa facilidade; *providers* das possibilidades do sonho migratório. O imigrante surge neste processo na qualidade de devedor, com o qual se pretende designar a situação em que o indivíduo beneficia de facilidades oferecidas por outrem na prossecução dos seus objectivos, mantendo uma situação de sujeição, neste caso para com as instituições da sociedade acolhedora. Esta sujeição é evidente quando lembramos que o imigrante vem jogar as regras do jogo que lhe são apresentadas, limitando-se a aceitar a legislação em vigor.

Uma vez que é o mercado de trabalho internacional quem oferece as possibilidades de almejar a miragem que os fez deixar as suas origens, diremos que este actor desempenha o papel de *credor*. É este racional e abstracto *credor* que pode oferecer expectativas de uma vida boa, mais confortável: o sonho do Eldorado. Contudo, o mercado não surge isolado, mas sim acompanhado pelo Estado, pois aquilo que é possível ao primeiro é-o por consentimento do segundo. O Estado controla, legisla e institucionaliza a *praxis* do processo migratório. Estabelece-se então entre imigrantes, por um lado, e mercado apoiado pelo Estado da sociedade acolhedora, por outro, uma relação curiosa que importa notar: a relação *credor-devedor*. No presente caso, a relação que se estabelece entre imigrantes brasileiros e as instituições da sociedade acolhedora parece ser desta natureza e pode fornecer sugestões sobre as relações de poder que se constituem na realidade portuguesa. De qualquer forma, este tipo de relação poderá não ser exclusivo do facto luso-brasileiro, hipótese que carece de evidência, sob a forma de estudos empíricos a realizar.

Apontamentos finais

A circulação de pessoas e bens cria novas realidades e fenómenos sociais, políticos e económicos. Contudo, as migrações não são um fenómeno novo, mas uma prática ancestral. Novas são, isso sim, as modalidades ou formas que adoptam os fluxos migratórios contemporâneos. O homem sempre migrou e hoje podemos detectar formas padronizadas e previsíveis de movimentações. Este estudo não procurou os motivos que levam à migração, nem pretendeu somar propostas para o debate construtivo de uma teoria das migrações. Pretendeu tão só desenvolver uma abordagem que foca a natureza da relação que se estabelece entre os actores envolvidos neste fenómeno, numa perspectiva económica. Mas se as migrações podem ser vistas como «*um reflexo da mudança rápida dos laços económicos, políticos e culturais entre países*», também espelham a manutenção de laços culturais abrangentes cunhados pela História. Sobretudo quando essa História se fez em confluência e vinculou dois povos, por vezes confundidos num só.

É o caso do Brasil e de Portugal. Uma História conexas entre os dois lados do Atlântico parece oferecer a possibilidade de uma migração facilitada e de uma incorporação também ela mais harmoniosa. De ambos os lados, embora em tempos diferentes, podemos assistir à projecção do mito do Eldorado para lá do Oceano. Mais do que a mudança, detectamos a manutenção de laços. Mais do que a mudança das estruturas sociais e económicas, notamos a manutenção de elos entre culturas. Não para explicar *porque* migram, mas antes *como* migram. É a manutenção de proximidade (cultural) que parece facilitar no caso luso-brasileiro o processo migratório. A proximidade nas opções políticas e contígua convergência de interesses económicos oferece o plano de incentivo à mobilidade, cada vez mais globalizada, tal como o é o mercado e como tal sancionada pelos Estados.

Esses mesmos movimentos de população são tidos como reflexo das novas estruturas sociais que se formam em ambiente de globalização, mas também como movimentos que *moldam*, na medida em que também eles produzem novidades e engrenam novas relações sociais. Sem espanto, é com diversidade social e étnica que afectam os espaços sociais onde estabilizam. Deste ponto de vista, a multiculturalidade que geram é um facto e o Estado-nação está obrigado a repensar-se em termos de identidade. Não por acaso, a própria Teoria Social parece *obcecada* com o tema da identidade. Identidade que é também um dilema a avaliar pelos debates, já longos na teoria política, em torno do conceito de multiculturalismo.

As migrações podem ser vistas como um dos muitos desafios à soberania do Estado, da sociedade como um todo e dos vários grupos que a compõem, incluindo as minorias étnicas, porque provocam excessivas

alterações na sua composição identitária. No início do milénio, o Estado-nação está perante um enfraquecimento do seu poder. Com o deslizamento da sociedade nacional para a sociedade multicultural perde a capacidade mobilizadora que antes tinha em torno de símbolos nacionais⁴⁸.

De facto, a homogeneização pressuposta por um Estado unitário coeso deixou de existir. Em tempo de globalização, que significa também integração, a homogeneização cultural não é um facto adquirido e as democracias ocidentais são forçadas a repensar a sua capacidade mobilizadora e a ter em conta formas diferenciadas de obediência e fidelização ao poder. Para além do aspecto identitário enquanto critério de coesão, importa também reconhecer a importância dos actores na construção das identidades. Tanto os mais imediatamente interessados, neste caso os imigrantes, como as instituições da sociedade acolhedora participam na construção das identidades públicas.

Os *media* são provavelmente os actores com mais peso na construção e veiculação das identidades, porque a forma como abordam, tratam e transmitem as imagens ou estereótipos influenciam o resultado dessa construção identitária. Por outro lado, as mudanças nas suas formas de abordagem revelam em certa medida as forças presentes na sociedade.

Em Portugal, a alteração do tom da abordagem jornalística de negativo, securitário e superficial a assertivo, neutro e cuidado reflecte, desde logo, a incorporação das minorias na sociedade acolhedora, ou melhor, a consideração dedicada pela maioria à minoria. Entendemos por consideração não apenas a circunstância da sociedade acolhedora observar e aceitar o imigrante, mas o facto do grupo minoritário ser respeitado na sua alteridade e ter a sua representação. Através dela existe, porque não é desconsiderado e, por consequência, excluído.

As relações existentes entre maioria e minoria tendem actualmente para uma coabitação pouco hostil, reflexo de um país relativamente tolerante e tendencialmente multicultural. Tal não significa que se dissolva ou dilua a diferença, mas que ela se gere não apenas verticalmente, ou seja pelas instituições, mas horizontalmente, o que significa que os próprios interessados participam na construção da sua imagem lado a lado. Os diferentes adaptam as suas diferenças e convivem em relativa harmonia, fortificada pelas semelhanças que também têm e que reforçam. Portugal já era multicultural; agora é-o ainda mais e com a consciência desse facto. Consciente sobretudo dos desafios que o mercado internacional tendencialmente liberalizado coloca e das necessidades sociais que em seu torno emergem.

48. BADIE, B., *La fin des territoires. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*, Fayard, Paris, 1995; SMOUTS, Marie-Claude, *O Mundo em Viragem*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 132.

Do ponto de vista do Estado, face a uma concorrência em sede de mercado de trabalho internacional, assiste-se ao incentivo à mobilidade, firmado por acordos bilaterais. Acordos através dos quais, os Estados se manifestam interessados no fenómeno, e de onde pretendem extrair proveitos. Se os receptores beneficiam da mão-de-obra estrangeira, porquanto esta vem oferecer juventude e braços em falta nos mercados secundários, também os exportadores de mão-de-obra retiram vantagens dos fluxos migratórios. Vantagens sob a forma de afluxos de divisas, de mercadorias, de formação profissional e de reabsorção do desemprego⁴⁹.

Não será por acaso que no recente acordo entre Portugal e Brasil se possa ler, a propósito da contratação mútua de trabalhadores, que as partes contratantes (os Estados) se manifestam «*conscientes da necessidade de facilitar a circulação dos seus nacionais para a prestação de trabalho no território dos Estados Contratantes*»⁵⁰.

Quem persegue um sonho, como é o que enforma a migração económica, muito agradece a quem o facilita.

49. *Idem, ibidem*, p 131.

50. Acordo entre a Republica Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a contratação recíproca de nacionais.